

**Inquérito Civil n. 06.2020.00005284-0**

**TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA**, por seu Órgão de Execução signatário, no âmbito da curadoria da defesa da Moralidade Administrativa, e os ex-Prefeito e ex-Vice-Prefeito do Município de Alfredo Wagner/SC, **NAUDIR ANTÔNIO SCHMITZ**, brasileiro, natural de Alfredo Wagner/SC, filho de Ivo Schmitz e Maria de Lourdes Pinheiro Schmitz, RG n. 1.433.0884, CPF n. 520.214.839-91, residente na Rua do Comércio, n. 653, casa, bairro Barracão Alfredo Wagner/SC, CEP: 88450-000, e **LUIZ CARLOS MARTINS**, brasileiro, natural de Alfredo Wagner/SC, filho de Fermino Martins e Izabel Teixeira Martins, RG n. 2.257.941, CPF n. 904.470.349-87, residente na Rua Hercílio Luz, n. 72, Alfredo Wagner/SC, CEP: 88450-000, nos autos do **INQUÉRITO CIVIL N. 06.2020.00005284-0**, com fundamento no artigo 5º, §6º, da Lei n. 7.347/85 e no artigo 97 da Lei Complementar Estadual n. 738/2019, e

**CONSIDERANDO** que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (artigo 127 da Constituição da República);

**CONSIDERANDO** que incumbe ao Ministério Público a proteção dos interesses difusos e coletivos (artigo 129, inciso III, da Constituição Federal, e artigo 81, incisos I e II, da Lei n. 8.078/90), assim como dos direitos individuais homogêneos (artigo 129, inciso IX, da Constituição Federal e artigos 81, inciso III, e 82, inciso I, ambos da Lei n. 8.078/90);

**CONSIDERANDO** que é competência comum da União, dos Estados, do

Distrito Federal, e dos Municípios *"zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público"* (artigo 23, inciso I, da Constituição Federal);

**CONSIDERANDO** que *"a Administração Pública Direta e Indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência [...]"* (artigo 37, caput, da Constituição Federal);

**CONSIDERANDO** que o § 1º do artigo 37 da Constituição Federal estabelece que *"A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos"*;

**CONSIDERANDO** que *"[...] o princípio da publicidade não deve ser desvirtuado. Com efeito, mesmo a pretexto de atendê-lo, é vedado mencionar nomes ou veicular símbolos ou imagens que possam caracterizar promoção pessoal de autoridade ou servidor público, ex vi do que prescreve o § 1º do art. 37 da Constituição Federal, repisado nas Constituições estaduais, a exemplo da paulista (art. 115, § 1º). Essas disposições são de observância imediata, não necessitando para sua aplicação de qualquer regulamentação. (...)"* (Gasparini, Diogenes. *Direito Administrativo*, 4. ed., São Paulo, Saraiva Ed., 1995, p. 09);

**CONSIDERANDO** que o Tribunal de Justiça de Santa Catarina já decidiu que: *"o preceito estampado na Carta Magna é no sentido de que os atos, programas, obras, serviços ou campanhas, praticados por determinados agentes públicos, jamais cheguem ao conhecimento da população como suas realizações pessoais. Para a configuração de propaganda pessoal, basta que dela constem pequenos símbolos que deem conotação ou se refiram à pessoa do administrador público, descaracterizando, pois, a impessoalidade da publicidade, e ofendendo os princípios constitucionais antes mencionados. (Agravado de Instrumento n. 2008.060237-2, de Itajaí)"*;

**CONSIDERANDO** que chegou ao conhecimento desta Promotoria de Justiça, por meio da Ouvidoria do Ministério Público, de que foi divulgado no *site* da Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner/SC informação sobre a distribuição de ônibus pelo Governo do Estado de Santa Catarina como sendo uma aquisição pessoal do prefeito Naudir e seu Vice, Luizinho, o que teria sido também publicizado por meio de faixa,

acostada em ônibus escolar (fls. 4/10);

**CONSIDERANDO** que o Município de Alfredo Wagner/SC realizou a Compra Direta n. 1359/2020 para confeccionar uma faixa em verniz medindo 0,80cmx4m para divulgação de aquisição de ônibus para compor a frota municipal, no valor de R\$320,00 (trezentos e vinte reais) (fls. 13 e 22/27).

**CONSIDERANDO** que o informativo do governo municipal intitulado como "*Mais uma conquista de Naudir e Luizinho juntamente com a Secretaria de Educação Municipal*", colocado por meio de faixa no ônibus escolar adquirido pelo município, comprovado por meio da fotografia de fl. 6, contém o nome dos agentes públicos, em total afronta ao artigo 37, § 1º, da Constituição Federal, configurando, assim, promoção pessoal indevida;

**CONSIDERANDO** a necessidade de restituir aos cofres públicos os valores dispendidos, já que restou caracterizada a promoção pessoal indevida dos agentes políticos, notadamente diante da aquisição de faixa e da realização de divulgação no *site* da Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner/SC com informação sobre a distribuição de ônibus pelo Governo do Estado de Santa Catarina como sendo uma aquisição pessoal do ex-prefeito Naudir e de seu ex-Vice, Luizinho;

### **RESOLVEM:**

Formalizar, neste instrumento, **TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – TAC** com fulcro no artigo 5º, §6º, da Lei n. 7.347/85<sup>1</sup>, na Resolução n. 179/2017/CNMP, e no artigo 25 do Ato n. 395/2018/PGJ<sup>2</sup>, fixando sua efetividade nas seguintes cláusulas e sanções:

### **DO OBJETO:**

**CLÁUSULA 1ª:** O presente Termo de Ajustamento de Conduta – TAC

<sup>1</sup> Art. 5º. Têm legitimidade para propor a ação principal e a ação cautelar:

[...] 6º Os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial.

<sup>2</sup> Art. 25. O Compromisso de Ajustamento de Conduta é instrumento de garantia dos direitos e interesses difusos e coletivos, individuais homogêneos e outros direitos de cuja defesa está incumbido o Ministério Público, com natureza de negócio jurídico que tem por finalidade a adequação da conduta às exigências legais e constitucionais, com eficácia de título executivo extrajudicial a partir da celebração.

tem como objeto restituir aos cofres públicos os valores alusivos ao serviço da publicidade autopromocional e fixação de sanção alternativa prevista na Lei de Improbidade, conforme preconiza o artigo 25, § 2º, do Ato n. 395/2018/PGJ<sup>3</sup>.

### **DAS OBRIGAÇÕES DOS COMPROMISSÁRIOS:**

**CLÁUSULA 2ª – RESSARCIMENTO DO VALOR DO DANO:** Os **COMPROMISSÁRIOS** se comprometem a ressarcir ao Município de Alfredo Wagner/SC o valor referente ao prejuízo sofrido, notadamente o valor de R\$ 320,00 (trezentos e vinte reais), referente à publicidade que ocasionou a promoção pessoal indevida dos compromissários e prejuízo aos cofres municipais – Compra Direta n. 1359/2020 (faixa em verniz) –, valor a ser corrigido monetariamente pela taxa SELIC, a contar da data do fato (2.12.2020<sup>4</sup>), perfazendo-se na quantia de **R\$ 329,37 (trezentos e vinte e nove reais e trinta e sete centavos)**, conforme cálculo anexo, a ser pago, de forma solidária, pelo(a)s COMPROMISSÁRIO(A)(S), diretamente ao órgão municipal<sup>5</sup>, em parcela única, em até 30 (trinta) dias contados da assinatura deste acordo, comprovando-se o efetivo pagamento nos autos;

**CLÁUSULA 3ª – DA MEDIDA COMPENSATÓRIA-INDENIZATÓRIA:** Os **COMPROMISSÁRIOS**, individualmente, como medida de compensação indenizatória pelos danos já provocados aos direitos difusos tutelados pelo presente instrumento, efetuarão **PAGAMENTO de multa civil no valor de 2 (duas) vezes o valor do dano atualizado**, perfazendo-se na quantia de **R\$ 658,74 (seiscentos e cinquenta e oito reais e setenta e quatro centavos)**, na forma do inciso II do artigo 12 da Lei n. 8.429/1992<sup>6</sup> c/c

<sup>3</sup> § 2º É cabível o compromisso de ajustamento de conduta nas hipóteses configuradoras de improbidade administrativa, assegurando-se o ressarcimento ao erário e a aplicação de uma ou algumas das sanções previstas em lei, de acordo com a conduta ou o ato praticado.

<sup>4</sup> Data da publicação no site do Município de Alfredo Wagner (fl. 7).

<sup>5</sup> Nos termos do art. 18 da Lei 8.429/1992, a sentença que julgar procedente ação civil de reparação de dano ou decretar a perda dos bens havidos ilicitamente **determinará o pagamento ou a reversão dos bens, conforme o caso, em favor da pessoa jurídica prejudicada pelo ato ilícito**. Essa regra excepciona a regra geral prevista no art. 13 da LACP, que prevê como destinatário das condenações coletivas o Fundo de Direitos Difusos (FDD), mas se justifica em razão das peculiaridades da ação de improbidade administrativa (NEVES, Daniel Amorim Assumpção. *Manual de improbidade administrativa*. 4ªed. rev., atual. e ampl. - Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2016. p. 217).

<sup>6</sup> Art. 12. Independentemente das sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito às seguintes cominações, que podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato: [...] II - na hipótese do art. 10, **ressarcimento integral do dano**, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se concorrer esta circunstância, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos, **pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano** e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos;

o artigo 25, § 2º, do Ato n. 395/2018/PGJ<sup>7</sup> ao Fundo para Reconstituição de Bens Lesados do Estado de Santa Catarina (FRBL), CNPJ n. 76.276.849/0001-54 (artigo 283 da LC 738/2019<sup>8</sup>), mediante boleto bancário emitido por esta Promotoria de Justiça e enviado, por e-mail, aos **COMPROMISSÁRIOS**, autorizado o parcelamento em até 3 (três) vezes, com vencimento mensal no dia 5 (cinco) de cada mês, vencendo-se a primeira parcela no mês de subsequente à assinatura do presente termo de ajustamento de conduta.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** A comprovação do pagamento deverá ocorrer até 5 (cinco) dias após o pagamento, por meio da apresentação de comprovante de quitação, a ser encaminhado ao e-mail: bomretiro pj@mpsc.mp.br.

#### **DA MULTA COMINATÓRIA:**

**CLÁUSULA 4ª:** Os **COMPROMISSÁRIOS** ficarão sujeitos ao pagamento de multa cominatória, no valor de 1 (um) salário mínimo, atualmente o valor de R\$1.100 (mil e cem reais), igualmente destinado ao Fundo para Reconstituição de Bens Lesados do Estado de Santa Catarina (FRBL), sempre que constatado o descumprimento de qualquer das obrigações assumidas;

**PARÁGRAFO ÚNICO:** A multa cominatória é cumulativa e incidirá tantas vezes quantas forem as obrigações descumpridas.

#### **DO COMPROMISSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA:**

**CLÁUSULA 5ª:** O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA** se compromete a não adotar qualquer medida judicial de cunho civil ou administrativo contra os **COMPROMISSÁRIOS** no que diz respeito aos itens acordados, caso este ajustamento de conduta seja integralmente cumprido;

**PARÁGRAFO ÚNICO:** A inexecução do compromisso previsto em

<sup>7</sup> § 2º É cabível o compromisso de ajustamento de conduta nas hipóteses configuradoras de improbidade administrativa, assegurando-se o **ressarcimento ao erário e a aplicação de uma ou algumas das sanções previstas em lei**, de acordo com a conduta ou o ato praticado.

<sup>8</sup> Art. 283. As receitas do Fundo devem ser centralizadas em conta única denominada "Ministério Público de Santa Catarina - Fundo para Reconstituição de Bens Lesados (FRBL)".

quaisquer das cláusulas anteriores facultará ao **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, decorridos os prazos previstos, adotar as medidas judiciais cabíveis.

**DO FORO:**

**CLÁUSULA 6ª:** As partes elegem o foro da Comarca de Bom Retiro/SC para dirimir eventuais controvérsias decorrentes do presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta - TAC.

**DA VIGÊNCIA DO PRESENTE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA:**

**CLÁUSULA 7ª:** Os signatários ficam cientes de que o prazo do presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta começará a contar a partir da data de sua assinatura.

**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

**CLÁUSULA 8ª:** Os signatários poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, que poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrarem tecnicamente necessárias.

**CLÁUSULA 9ª:** Este título executivo não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, monitoramento e fiscalização de qualquer órgão público, nem limita ou impede o exercício, por ele, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares.

**CLÁUSULA 10:** Ficam, desde logo, cientificados os **COMPROMISSÁRIOS** de que este Inquérito Civil será arquivado e de que a respectiva promoção de arquivamento será submetida ao Conselho Superior do Ministério Público,

conforme dispõe o § 3º do artigo 9º da Lei n. 7.347/85<sup>9</sup> e os artigos 35<sup>10</sup> e 49<sup>11</sup> do Ato n. 395/2018/PGJ, com instauração de procedimento administrativo de fiscalização do presente acordo extrajudicial.

**CLÁUSULA 11:** O presente título executivo comportará protesto, em caso de descumprimento, nos termos legais regulamentares e para surtir todos os efeitos que são lhe são próprios, com base na autorização do artigo 28, parágrafo único, inciso V<sup>12</sup>, e no artigo 33, §2º<sup>13</sup>, ambos do Ato n. 395/2018/PGJ.

Assim, por acharem justo e acertado, firmam as partes o presente Termo de Compromisso, em 2 (duas) vias de igual teor, que terá eficácia de título executivo extrajudicial (artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85<sup>14</sup>), para que surta seus jurídicos e legais efeitos, remetendo-se, juntamente com a promoção de arquivamento, ao Colendo Conselho Superior do Ministério Público, conforme dispõem os artigos 48, inciso II<sup>15</sup>, e 49<sup>16</sup> do Ato n. 395/2018/PGJ.

Bom Retiro, 18 de outubro de 2021.

<sup>9</sup> § 3º A promoção de arquivamento será submetida a exame e deliberação do Conselho Superior do Ministério Público, conforme dispuser o seu Regimento.

<sup>10</sup> Art. 35. Não constitui condição de eficácia do Compromisso de Ajustamento de Conduta a homologação, pelo Conselho Superior do Ministério Público, do arquivamento do respectivo procedimento investigatório.

<sup>11</sup> Art. 49. A promoção de arquivamento será submetida a exame e à deliberação do Conselho Superior do Ministério Público, na forma do seu Regimento Interno.

<sup>12</sup> Art. 28. O Compromisso de Ajustamento de Conduta deverá prever multa ao compromissário para o caso de descumprimento das obrigações nos prazos assumidos, admitindo-se, em casos excepcionais e devidamente fundamentados, a previsão de que essa cominação seja fixada judicialmente, se necessária à execução do compromisso. [...] V – protesto do título; e

<sup>13</sup> § 2º Sem prejuízo da execução judicial, o título poderá ser levado a protesto.

<sup>14</sup> Art. 5º. Têm legitimidade para propor a ação principal e a ação cautelar:

[...] 6º Os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial.

<sup>15</sup> Art. 48. O órgão de execução promoverá, fundamentadamente, o arquivamento do Inquérito Civil ou do Procedimento Preparatório quando: [...] II – celebrado Termo de Ajustamento de Conduta, este implicar na ausência circunstancial do interesse de agir;

<sup>16</sup> Art. 49. A promoção de arquivamento será submetida a exame e à deliberação do Conselho Superior do Ministério Público, na forma do seu Regimento Interno.

[assinado digitalmente]

**GABRIELA CAVALHEIRO LOCKS**

**Promotora de Justiça**

**NAUDIR ANTÔNIO SCHMITZ**

**Compromissário**

**LUIZ CARLOS MARTINS**

**Compromissário**